



# BANCARINHO

Edição

936

24/07/2019 - ANO: XX



## Em 200 dias de governo, Bancos Públicos já venderam R\$ 16 bilhões em ativos

Enquanto o governo prepara um superpacote de privatizações, os bancos públicos saíram na frente e puxaram a fila de venda de ativos. Capitaneadas pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, as operações somaram quase R\$ 16 bilhões nos 200 dias da administração do presidente Jair Bolsonaro.

Já o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ficou na condição de coadjuvante em meio à troca de comando e à orientação de desmontar a "caixa-preta".

As vendas por parte dos bancos públicos é uma orientação da equipe econômica do governo, que não quer "competir com banqueiro". Em suas apresentações ao mercado, o secretário especial de Desestatização e Desinvestimento

do Ministério da Economia, Salim Mattar, tem reforçado a necessidade de desestatizar o crédito no Brasil, reduzindo o tamanho das instituições oficiais no setor.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, afirmou recentemente que estão previstas "outras 15" operações. A meta da instituição para o ano era levantar R\$ 15 bilhões. No primeiro semestre, já foram R\$ 10 bilhões, com a venda de ações do ressegurador IRB Brasil Re e da Petrobrás. A Caixa vai listar os negócios de seguros, cartões, lotéricas e gestão de recursos na Bolsa e vender as participações detidas pelo FI-FGTS.

O BB também tem uma fila de vendas pela frente. Entre elas, estão sua empresa de recuperação de créditos vencidos, a Ativos, o banco Votorantim, do qual é sócio com a família Ermírio de Moraes; BB Americas, sua filial nos Estados Unidos, além do argentino Patagônia. O BB procura ainda parceiro nas áreas de banco de investimento e gestão de recursos.

## Bancos devem ter lucro 18,9% maior que em 2018

Embora o país esteja passando por crise em vários setores da economia que a grande imprensa insiste em esconder, os retrocessos são visíveis em áreas sociais, precarização das relações de trabalho, desemprego em alta e parece que tudo está fora de controle, pelo menos para o trabalhador brasileiro que sente cada vez mais a falta de dinheiro para pagar as contas.

Do outro lado da economia, o sistema financeiro a crise econômica parece não sentir e os gigantes do setor bancário devem registrar lucro líquido combinado de R\$ 21,138 bilhões no segundo trimestre do ano. É o que apontam projeções de analistas.

O valor representa elevação de

18,91% na comparação com igual período de 2018.

O desempenho do Itaú, Banco do Brasil, Bradesco e Santander foram puxados pela recuperação do crédito de pessoas físicas, riscos sob controle e corte nas despesas.

A tendência segundo os analistas, é de que os bancos privados continuem com melhor resultado do que os públicos quando se trata de concessão de crédito.

Para exemplificar, enquanto a expectativa de crescimento no portfólio do Banco do Brasil é de 0,5% a 1%, no Bradesco, o avanço deve ser entre 8% e 10%. A redução da oferta de crédito por parte dos bancos públicos é um perigo, porque são eles que atendem a parcela mais carente da população brasileira, em geral, ignorada pelos bancos públicos. Sem contar com o olhar voltado ao desenvolvimento econômico do país.

## Arraiá dos bancários é nesta sábado 27/7



27 DE JULHO NA SEDE À PARTIR DAS 19 HORAS  
CAMPESTRE  
Rua Palmeiras, 1383 - Fone: 3488

Será neste sábado (27) o II Arraiá Solidário dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Dourados e Região-MS.

Traga toda família para participar e saborear as comidas típicas dos festejos juninos.

As barracas mais uma vez ficarão sob a responsabilidade das agências que se dispuseram a participar e toda a renda será revertida para a Toca de Assis.

## Intervenção na Cassi

Por conta do descumprimento de indicadores econômico-financeiros, a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) instaurou a direção fiscal na Caixa de Assistência através de resolução.

Com a intervenção, publicada dia 22/7, a própria agência reguladora nomeará um diretor fiscal e a duração do regime especial de direção fiscal é de um ano e pode ser prorrogado por mais um. No final do processo, o novo representante indicado pela ANS pode indicar a alienação, que ocasionará no fechamento do plano, ou a liquidação, que repassaria a assistência médica para o mercado das operadoras de saúde.

Leia mais sobre a intervenção no site do sindicato.